4 - O regime de divulgação da informação no mercado de capitais e seus efeitos na indústria do petróleo e gás natural

Luis Felipe Monteiro Seixas

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SEIXAS, L. F. M. O regime de divulgação da informação no mercado de capitais e seus efeitos na indústria do petróleo e gás natural. In: *Regulação econômica no mercado de capitais e na indústria do petróleo e gás natural: assimetrias de informação, cooperação institucional e proteção do investidor* [online]. Mossoró: EdUFERSA, 2021, pp. 63-79. ISBN: 978-65-87108-27-8.

<https://doi.org/10.7476/9786587108650.0005>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

4 O REGIME DE DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO MERCADO DE CAPITAIS E SEUS EFEITOS NA INDÚSTRIA DO PETROLEO E GÁS NATURAL

Por todo o apresentado até o momento, resta claro que a informação é elemento essencial ao mercado de capitais. A sua boa ou má utilização, a forma como se dá a regulação da informação, repercutem diretamente na eficiência do mercado, na formação dos preços dos valores mobiliários, na segurança dos investidores e na estabilidade das empresas. Neste capítulo, será dada ênfase à regulação da informação do mercado de capitais em espécie, com destaque nas normas relativas ao regime de divulgação de informação existente na legislação brasileira (em especial, a Instrução CVM nº 358/2002) e o papel da Comissão de Valores Mobiliários em tal cenário.

Devido à importância do conceito de *fato relevante* para o trabalho, inicialmente será traçado todo o regramento jurídico acerca do tema, partindo das normas elaboradas pela Comissão de Valores Mobiliários, passando pelos conceitos apresentados pela Lei das S.A. e pela Lei do Mercado de Valores Mobiliários, assim como discutindo, do ponto de vista conceitual e econômico, a importância do fato relevante para o mercado de capitais. Em tópico seguinte será discutido como o fato relevante atua na indústria do petróleo e gás e, a partir desse ponto, se é possível encontrar algum mecanismo que torne mais eficiente a divulgação do fato relevante pela indústria petrolífera.

4.1 O regime jurídico do fato relevante e o dever de informar

No que diz respeito à regulação da informação, a discussão relativa ao denominado *fato relevante* é de significativa importância para o mercado de capitais, e possui importantes reflexões quando enxergado sob a óptica da indústria do petróleo. É no contexto do fato relevante que se desdobrarão tanto a discussão da necessidade de um tratamento diferenciado para o instituto no âmbito da indústria do petróleo e gás natural, quanto da possível criação de um modelo de cooperação entre os agentes reguladores do mercado de capitais de do setor petrolífero. Mas o que é *fato relevante*?

Com base na definição legal proposta pela Comissão de Valores Mobiliários, determinada pela Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, consideram-se relevantes quaisquer atos, ações, obras ou decisões do acionista controlador da companhia, sua Assembleia Geral ou órgão administrativo, bem como quaisquer outros atos ou fatos de conteúdo técnico, econômico, financeiro, administrativo ou negocial, ocorridos ou que possuam relação com a companhia, e que possam repercutir consideravelmente na cotação dos valores mobiliários e nas decisões dos investidores (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2002).

Do ponto de vista legal, atualmente a conceituação trazida pela Instrução CVM nº 358/2002 é a mais completa acerca do fato relevante¹⁸. De alcance amplo e com elevada carga de abstração, a ideia por trás do fato relevante é a de qualquer informação, seja ela de caráter negocial, técnico ou econômico-financeiro, que possa repercutir nas relações e decisões dos investidores e nas cotações dos valores mobiliários de uma companhia.

A título ilustrativo, fatos acerca de incorporação, fusão ou cisão envolvendo companhia ou empresas a ela ligadas; lucro ou prejuízo da companhia; descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da sociedade anônima, todas são informações relevantes que repercutem nos valores mobiliários de uma empresa e necessitam de divulgação regular, conforme disposições da CVM.

A questão do fato relevante está relacionada com o regramento dado ao gerenciamento das informações que repercutem (ou possam repercutir) no mercado de valores mobiliários. Com isso chega-se ao outro tópico significativo do tema: não basta definir o que seja uma informação relevante, mas também o que se deve fazer com ela.

Os objetivos da regulação da informação (ou seja, o que se fazer com uma informação dita relevante para a empresa, para seus acionistas e investidores) advêm da própria Lei das S.A., que em seu artigo 157 prescreve o *dever de informar*, obrigatório para os administradores da companhia (que compõem o Conselho de Administração). Dessa maneira, é de caráter obrigatório a comunicação à Comissão de Valores Mobiliários, à bolsa de valores, e à imprensa de fatos considerados relevantes, a exemplo daqueles que possam influenciar na cotação dos valores mobiliários ou nas decisões dos investidores (BRASIL, 1976). O artigo 157, da Lei das S.A., serviu de substrato para a criação da Instrução CVM nº

18 A Instrução CVM nº 358/2002 será apresentada na íntegra como anexo, ao final do trabalho.

358/2002, mencionada anteriormente, que apenas regulamentou e delimitou o regramento básico para o regime de divulgação de informações para o mercado.

Com relação à atuação da CVM, tanto no que diz respeito à fiscalização das informações, quanto na edição das normas regulamentadoras sobre o assunto, diversos enunciados já eram previstos na Lei do Mercado de Valores Mobiliários, em particular atribuindo à agência a proteção dos investidores contra o uso de informação privilegiada, garantir a amplitude na divulgação de informações e a fiscalização das informações divulgadas pelas companhias (BRASIL, 1976).

Tanto o fato relevante quanto o dever de informação encontram sua origem no princípio do *full disclosure* do direito norte-americano, que pode ser traduzido como o princípio da transparência de informações relacionadas às companhias que ofertam publicamente valores mobiliários, conceito criado em 1934, à época da criação da *Securities and Exchange Comissions* (EIZIRIK; GAAL; HENRIQUES; PARENTE, 2008, p. 465). Tal princípio tem por fundamento o direito dos investidores de serem providos de informações relativas às companhias em que investem, de maneira a fornecer condições para que possam ponderar acerca dos benefícios de rentabilidade (ou não) de seus títulos. O fato relevante, especificamente, possui seu cerne no *material fact*, previsto em normas editadas pela SEC (EIZIRIK; GAAL; HENRIQUES; PARENTE, 2008, p. 466).

Retoma-se aqui a afirmação feita anteriormente acerca do grau de generalidade existente no fato relevante. Conforme se depreende da leitura da Instrução CVM nº 358/2002, devido à flexibilidade da norma sobre o que é ou não relevante, a própria Instrução apresenta, em seu artigo 2º, parágrafo único, um rol exemplificativo sobre possíveis fatos que devem obedecer às diretrizes legais para a sua divulgação¹⁹.

Ainda sobre o dever de informar, a Lei 6.404/1976, em seu artigo 157, refere-se ao administrador da companhia como figura responsável tanto por afirmar o que é ou não relevante, quanto como aquele

19 Cf. Instrução CVM nº 358/2002, em anexo.

incumbido de obedecer ao dever de informar. No entanto a Instrução CVM nº 358/2002 foi além, determinando, em seu artigo 3º, que o agente responsável por prestar informações à CVM e ao mercado como um todo (bolsa de valores e imprensa) é o Diretor de Relações com Investidores²⁰. Ainda, “os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas” (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2002) que porventura tomem conhecimento de alguma informação considerada relevante deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores, que possuirá, ao final, a decisão acerca da divulgação ou não da informação.

Cabe mencionar que o artigo 4º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 358/2002, traz importante função fiscalizadora do Diretor de Relações com Investidores, posto que, na hipótese de haver agitação anormal no mercado, relacionada ao preço ou cotação de determinados valores mobiliários relacionados à companhia, o Diretor de Relações com Investidores deve investigar junto a possíveis pessoas que possuam acesso à informações privilegiadas, para saber se tais informações demandam divulgação para o mercado (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2002).

Não obstante o poder-dever do Diretor de Relações com Investidores de definir e divulgar uma informação tida como relevante, tal atribuição não está livre de fiscalização. Com isso, retoma-se o papel da CVM como agente regulador do mercado de capitais, conforme mencionado anteriormente, com base na Lei nº 6.385/1976. A CVM atua como a última instância administrativa para determinar a relevância ou não de um fato, assim como a necessidade de sua divulgação. O artigo 3º, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 358/2002, confere à agência reguladora a prerrogativa de obrigar tanto a publicação, quanto a correção,

20 Apesar de transparecer a ideia de um único agente incumbido de averiguar a relevância de uma informação, o chamado Diretor de Relações com Investidores é, na verdade, apenas uma figura exemplificativa. Melhor seria dizer “Direção de Relações com Investidores”, tendo em vista a gama de agentes envolvidos no campo das relações institucionais com os investidores.

complementação ou republicação de fato relevante (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2002). Desta maneira, é a Comissão de Valores Mobiliários o órgão máximo responsável por fiscalizar e zelar as informações que possam repercutir no mercado. Busca-se, com isso, proteger tanto o interesse dos investidores, como os da companhia.

4.2 O procedimento de divulgação da informação no mercado de capitais

O procedimento adotado para a divulgação de informação das companhias com valores negociados em bolsa, que se baseia nos artigos 3º e 5º, da Instrução CVM nº 358/2002, obedece a seguinte sistemática: na hipótese de o Diretor de Relações com Investidores constatar algum fato relevante relacionado aos negócios da companhia, deverá comunicar à CVM e, se for o caso à bolsa de valores e mercado de balcão organizado onde a companhia possui valores mobiliários negociados; o Diretor de Relações com os Investidores deverá comunicar simultaneamente ao mercado fato relevante a ser divulgado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, além de outros interessados, seja no país ou no exterior; tal divulgação deverá ser realizada em jornais de grande circulação, podendo ser de forma resumida, com referência a endereços na Internet, onde deverá ser possível consultar o conteúdo da informação, em teor, no mínimo, igual ao que foi divulgado à CVM e, se for o caso à bolsa de valores e mercado de balcão organizado onde a companhia possui valores mobiliários negociados²¹.

Ainda sobre o modo como se opera a divulgação de fato relevante, algumas observações importantes: as informações prestadas à imprensa de forma resumida devem ser feitas de maneira clara e precisa,

21 Atualmente, as principais companhias de capital aberto que possuem valores mobiliários negociados em bolsa mantêm em seus endereços eletrônicos links específicos para tratar das Relações com Investidores, onde normalmente se dá a comunicação de fatos relevantes.

em linguagem acessível ao público investidor; conforme anteriormente mencionado, a CVM poderá determinar correção, aditamento ou republicação de informação sobre fato relevante; por fim, a comunicação do fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o término dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários da companhia sejam negociados.

De importante conteúdo para o mercado, o artigo 6º, da Instrução CVM nº 358/2002, destaca a hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante. Acaso os acionistas controladores ou administradores entendam que determinada informação, sendo divulgada, afetar “interesse legítimo da companhia”, tal informação poderá ser omitida (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2002).

Dessa maneira, é possível que as companhias omitam a divulgação de informação relevante, na hipótese da divulgação colocar em risco interesse legítimo da companhia. A questão é definir o que seria “interesse legítimo da companhia”, em especial devido ao fato da norma não apontar nenhuma diretriz para tal definição. Sob tal aspecto, a análise do caso concreto é que irá apontar um possível caminho a ser seguido nessa situação.

Com relação ao comentário anterior, cabe aqui uma ressalva: é sabido que a PETROBRAS, como sociedade de economia mista, tem a União como acionista majoritária. Tendo sido atribuída ao petróleo a característica de recurso natural estratégico, fica claro o interesse nacional envolvido no gerenciamento de suas reservas. Justamente devido à associação existente entre a PETROBRAS e o Estado brasileiro, observa-se uma relação entre o “interesse legítimo da companhia”, que permite a não divulgação de uma informação relevante, e o interesse nacional contido em tal informação, em última análise, interesse nacional que será definido pelo próprio governo. Em uma época de novas descobertas, onde a questão da camada pré-sal possui destaque tanto na mídia quanto nos interesses políticos e econômicos do país, tal relação passa a ter maior relevo. Vale mencionar a importância de discutir a questão

no que diz respeito à parcela de investidores que poderiam estar sendo prejudicados devido a uma possível falta de acesso à informação sobre os negócios da PETROBRAS. Deve-se, então, pensar em alternativas que garantam um mínimo de confiabilidade e segurança para tais investidores.

4.3 Dever de informar, proteção do investidor e eficiência do mercado

Vencidas as premissas básicas, chegamos agora a, provavelmente, o mais importante questionamento acerca do fato relevante: informar por quê e para quê?

Como primeira justificativa, tem-se o direito subjetivo dos investidores e acionistas em geral de estarem informados do que ocorre na companhia onde aplicam seu capital. Tendo em vista o impacto que uma informação pode causar no mercado, nada mais justo que todos os agentes envolvidos sejam esclarecidos da melhor e mais transparente forma possível, para que se preserve certa paridade no conhecimento de informações e, com isso, reduzir as assimetrias informacionais. Daí a necessidade de um regramento na divulgação do fato relevante, para que não haja abusos ou uso de informações privilegiadas. Assim, de posse de uma informação divulgada de maneira correta, com base em nos parâmetros legais, o investidor decidirá o que fazer com a sua parcela de participação na companhia.

Por outro lado, é do próprio interesse da empresa que a divulgação de informação relevante se dê de forma organizada e regular, tendo em vista que o vazamento de uma informação privilegiada, ou o uso abusivo por outrem, podem resultar em prejuízos para a companhia e para os investidores.

Indo além, a repercussão de uma informação divulgada de maneira irregular pode afetar direta e indiretamente a economia e o mercado como um todo. Um exemplo poderá ilustrar a afirmação: imaginemos que uma informação errônea passe a ser do conhecimento de alguns investidores do mercado de capitais, acerca do descobrimento de uma

nova jazida petrolífera situada em área pertencente a uma companhia X. De posse de tal informação incorreta, tais investidores resolvem vender suas ações de outras empresas (não necessariamente petrolíferas), para investir na companhia X, visando um aumento no valor das ações em virtude da nova descoberta. Tal procedimento poderá ocasionar uma desvalorização das ações vendidas das outras empresas, causando-lhes prejuízo (com um grande volume de oferta, a tendência natural e as regras do mercado impõem que haja uma redução do valor).

Aqui é possível observar uma série de efeitos reflexos. Primeiro o fato de haver a divulgação de informação sem obedecer ao que prescreve as normas legais e infralegais; segundo, a questão de tal informação ser errônea; em seguida, o uso por terceiros dessa informação privilegiada; por fim, o resultado de como tal informação e a cadeia de eventos que ela ocasiona influenciam o mercado e a economia, em especial com relação aos prejuízos que ela pode causar.

Retomando as premissas básicas do mercado de capitais, temos que as empresas lançam valores mobiliários no mercado como forma de se capitalizarem. Os investidores compram os valores, objetivando lucro e eventual participação nas decisões das companhias. Capitalizadas, as empresas podem desenvolver seus projetos, refletindo na economia do país (geração de emprego e renda, arrecadação fiscal, desenvolvimento tecnológico etc.). Todo esse ciclo pode ser consideravelmente atingido apenas com a má regulação da informação, tendo em vista que ela é uma das mais importantes ferramentas do investidor no procedimento de tomada de decisões no mercado de capitais.

A segurança jurídica apresenta-se como outro fundamento a justificar a regulação da informação no mercado de capitais. Imaginemos a quantidade de investidores, nacionais e estrangeiros, que ao optarem por investir no mercado de capitais brasileiro esperam que as regras relativas à proteção e divulgação da informação estejam sendo aplicadas de maneira correta, para que tais investidores possam ter um mínimo de previsibilidade e escolhas razoáveis para aplicar seus recursos no mercado de valores mobiliários. Com a regulação das informações

disponíveis para o mercado, e partindo da premissa de que tais informações serão fornecidas em qualidade e quantidade condizente com o regramento legal, tem-se que o aumento na divulgação de tais informações ocasiona um processo de formação de preços mais eficiente, assim como na racionalização das decisões dos investidores em negociar seus valores mobiliários, resultando em ganhos para a economia (EIZIRIK; GAAL; HENRIQUES; PARENTE, 2008, p. 20). Os professores Frank Easterbrook e Daniel R. Fischell (1984, p. 669-715), em estudo relacionado à divulgação da informação e a proteção dos investidores, afirmam:

*Accurate information is necessary to ensure that money moves to those who can use it most effectively and that investors make optimal choices about the contents of their portfolios. A world with fraud, or without adequate truthful information, is a world with too little investment, and in the wrong things to boot.*²²

A justificativa econômica para a regulação da informação está relacionada ao funcionamento eficiente do mercado de capitais, com base em fatos fidedignos e comprovados que possibilitem ao investidor tomar decisões racionais com relação às suas negociações. E é a partir de tal consideração que se passa a enxergar a indústria do petróleo e gás como um segmento onde as informações, devido ao seu caráter técnico e também dos sujeitos envolvido (empresas petrolíferas e um órgão regulador específico), necessitam de uma regulação diferenciada.

22 Em tradução livre: “Informações precisas são necessárias para garantir que o capital se mova para àqueles que podem usá-lo mais eficazmente e para que os investidores façam as melhores escolhas acerca do conteúdo de suas carteiras de investimentos. Um mundo com fraude, ou sem informação verdadeiramente adequada é um mundo com pouquíssimo investimento, e em coisas erradas também.”

4.4 Discutindo um rol específico de fatos relevantes para a indústria do petróleo e gás natural

Diante do exposto, analisa-se agora a questão do fato relevante sob o prisma da indústria do petróleo e gás natural. Optou-se pela PETROBRAS como companhia que será utilizada para a análise dos fatos relevantes no setor petrolífero, em particular devido à organização de sua Diretoria de Relação com Investidores, cujo *site* mostra-se como excelente ferramenta de pesquisa²³.

Outra consideração a ser feita diz respeito à delimitação do conteúdo dos fatos relevantes objeto de estudo. Para a presente análise serão utilizadas como parâmetro as informações relevantes de cunho técnico na indústria petrolífera, a exemplo da descoberta de novas jazidas, a estimativa de do volume de óleo, a criação de uma nova refinaria etc. Tal delimitação justifica-se por dois motivos. Primeiro porque as informações de cunho empresarial e financeiro (aquisições de outras empresas, balanço patrimonial, emissão de títulos etc.) já são de conhecimento habitual no seio do mercado de capitais, sendo amplamente divulgadas. Segundo devido à representatividade das informações de caráter técnico que são divulgadas para o mercado.

Com base nas informações prestadas pela PETROBRAS em seu Relacionamento com Investidores, no ano de 2010, das 164 comunicações apresentadas, 95 correspondiam à informações de conteúdo técnico relativo à indústria do petróleo²⁴. Junta-se a isso o impacto que as notícias relativas a informações técnicas causam no mercado de capitais. Cabe registrar que uma das maiores altas no valor das ações da PETROBRAS nos últimos 10 anos deu-se devido à divulgação da descoberta da camada pré-sal, em meados do ano de 2008.

23 Para mais informações, cf.: www.investidorpetrobras.com.br.

24 Dados elaborados com base nas informações encontradas no link: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/comunicados-ao-mercado>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Ilustrativamente, valendo-se novamente das informações comunicadas aos investidores pela PETROBRAS por intermédio de seu “Relacionamento com os Investidores”, no ano de 2010, as informações de cunho técnico abarcaram tópicos como: pré-sal, reservas, blocos exploratórios, campos de produção, jazidas, reservatório, barris de óleo, bacias, águas profundas, exploração e produção, distribuição e revenda de combustíveis, biocombustíveis, etanol, refino e refinarias, gasolina, diesel, entre outros²⁵. Tais termos foram divulgados reiteradas vezes, a depender das circunstâncias do caso.

A questão passa a ser definir um rol de fatos relevantes relacionados às informações específicas relativas à indústria petrolífera. Tal rol teria caráter exemplificativo, servindo para instruir os investidores que não possuem conhecimentos técnicos sobre o setor petrolífero. Apesar de tal rol não ser exaustivo, os dispositivos listados deveriam ser de divulgação obrigatória. Devido ao poder normativo da Comissão de Valores Mobiliários para elaborar normas regulatórias para o mercado de capitais, a agência reguladora ficaria incumbida da elaboração de tal rol. Como possível parâmetro, apresentaremos, abaixo, quais tópicos deveriam ser definidos como de divulgação obrigatória.

A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (Lei do Petróleo), em seu artigo 6º, estabelece uma lista de conceitos e definições de cunho técnico relativos à indústria petrolífera, de caráter bastante didático. É a partir das informações previstas no artigo 6º (complementados por outros conceitos técnicos que julgamentos pertinentes) que elaboramos o modelo de norma de divulgação de fatos relevantes para a indústria do petróleo, abaixo transcrito:

25 Informações disponíveis em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/comunicados-ao-mercado>. Acesso em: 10 fev. 2020.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA CVM/ANP Nº 001

Art. 1º A presente Instrução Normativa regula o regime de divulgação de informações para o mercado relacionadas às atividades desenvolvidas pelas sociedades anônimas de capital aberto que operam na indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, e que possuem valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

Art. 2º Para os fins da presente Instrução Normativa, e conforme o procedimento previsto na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, serão de divulgação obrigatória pelas companhias referidas no artigo anterior a divulgação de qualquer informação relevante para a indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, com especial atenção aos seguintes temas e conceitos:

I – Petróleo: todo e qualquer hidrocarboneto líquido em seu estado natural, a exemplo do óleo cru e condensado;

II – Gás Natural ou Gás: todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros;

III – Derivados de Petróleo: produtos decorrentes da transformação do petróleo;

IV – Derivados Básicos: principais derivados de petróleo, referidos no art. 177 da Constituição Federal, a serem classificados pela Agência Nacional do Petróleo;

V – Refino ou Refinação: conjunto de processos destinados a transformar o petróleo em derivados de petróleo;

VI – Tratamento ou Processamento de Gás Natural: conjunto de operações destinadas a permitir o seu transporte, distribuição e utilização;

VII – Transporte: movimentação de petróleo e seus derivados ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse geral;

VIII – Transferência: movimentação de petróleo, derivados ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse específico e exclusivo do proprietário ou explorador das facilidades;

IX – Bacia Sedimentar: depressão da crosta terrestre onde se acumulam rochas sedimentares que podem ser portadoras de petróleo ou gás, associados ou não;

X – Reservatório ou Depósito: configuração geológica dotada de propriedades específicas, armazenadora de petróleo ou gás, associados ou não;

XI – Jazida: reservatório ou depósito já identificado e possível de ser posto em produção;

XII – Prospecto: feição geológica mapeada como resultado de estudos geofísicos e de interpretação geológica, que justificam a perfuração de poços exploratórios para a localização de petróleo ou gás natural;

XIII – Bloco: parte de uma bacia sedimentar, formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices, onde são desenvolvidas atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural;

XIV – Campo de Petróleo ou de Gás Natural: área produtora de petróleo ou gás natural, a partir de um reservatório contínuo ou de mais de um reservatório, a profundidades variáveis, abrangendo instalações e equipamentos destinados à produção;

XV – Pesquisa ou Exploração: conjunto de operações ou atividades destinadas a avaliar áreas, objetivando a descoberta e a identificação de jazidas de petróleo ou gás natural;

XVI – Lavra ou Produção: conjunto de operações coordenadas de extração de petróleo ou gás natural de uma jazida e de preparo para sua movimentação;

XVII – Desenvolvimento: conjunto de operações e investimentos destinados a viabilizar as atividades de produção de um campo de petróleo ou gás;

XVIII – Descoberta Comercial: descoberta de petróleo ou gás natural em condições que, a preços de mercado, tornem possível o retorno dos investimentos no desenvolvimento e na produção;

XIX – Indústria do Petróleo: conjunto de atividades econômicas relacionadas com a exploração, desenvolvimento, produção, refino, processamento, transporte, importação e exportação de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados;

XX – Distribuição: atividade de comercialização por atacado com a rede varejista ou com grandes consumidores de combustíveis, lubrificantes, asfaltos e gás liquefeito envasado, exercida por empresas especializadas, na forma das leis e regulamentos aplicáveis;

XXI – Revenda: atividade de venda a varejo de combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito envasado, exercida por postos de serviços ou revendedores, na forma das leis e regulamentos aplicáveis;

XXII – Distribuição de Gás Canalizado: serviços locais de comercialização de gás canalizado, junto aos usuários finais, explorados com exclusividade pelos Estados, diretamente ou mediante concessão, nos termos do § 2º do art. 25 da Constituição Federal;

XXIII – Estocagem de Gás Natural: armazenamento de gás natural em reservatórios próprios, formações naturais ou artificiais;

XXIV – Biocombustível: combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna ou, conforme regulamento, para outro tipo de geração de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil;

XXV – Biodiesel: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil;

XXVI – Indústria Petroquímica de Primeira e Segunda Geração: conjunto de indústrias que fornecem produtos petroquímicos básicos, a exemplo do eteno, do propeno e de resinas termoplásticas;

XXVII – cadeia produtiva do petróleo: sistema de produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados, incluindo a distribuição, a revenda e a estocagem, bem como o seu consumo;

XXVIII – Indústria de Biocombustível: conjunto de atividades econômicas relacionadas com produção, importação, exportação, transferência, transporte, armazenagem, comercialização, distribuição, avaliação de conformidade e certificação de qualidade de biocombustíveis;

XXIX – Produção de Biocombustível: conjunto de operações industriais para a transformação de biomassa renovável, de origem vegetal ou animal, em combustível;

XXX – Etanol: biocombustível líquido derivado de biomassa renovável, que tem como principal componente o álcool etílico, que pode ser utilizado, diretamente ou mediante alterações, em motores a combustão interna com ignição por centelha, em outras formas de geração de energia ou em indústria petroquímica, podendo ser obtido por rotas tecnológicas distintas, conforme especificado em regulamento;

XXXI – Bioquerosene de Aviação: substância derivada de biomassa renovável que pode ser usada em turborreatores e turbopropulsores aeronáuticos ou, conforme regulamento, em outro tipo de aplicação que possa substituir parcial ou totalmente combustível de origem fóssil;

XXXII – Contratos de concessão de exploração e produção de petróleo e gás natural;

XXXIII – Contratos de partilha de produção;

XXXIV – *Joint Ventures* ou consórcios de empresas na indústria do petróleo e gás natural;

XXXV – *Joint Operating Agreements*;

XXXVI – Unitização ou Individualização da produção de petróleo;

XXXVII – Informações relativas à pesquisa, exploração, produção ou outra qualquer outro fato relevante, relativos à camada pré-sal.

XXXVIII – *Royalties*, participações especiais e bônus de assinatura.

§ 1º Em conjunto com o fato relevante a ser divulgado, serão prestadas informações de caráter técnico, com conteúdo didático-explicativo, de forma a subsidiar e complementar a compreensão dos investidores

§ 2º Em caso de dúvida por parte da sociedade anônima acerca da obrigatoriedade da divulgação da informação, caberá a Comissão de Valores Mobiliários – CVM – julgar a relevância da informação ou fato relativo à indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, para posterior divulgação no mercado.

§ 3º Para a atribuição definida no parágrafo anterior, a Comissão de Valores Mobiliários poderá contar com o auxílio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. A opinião da ANP não terá conteúdo vinculante, cabendo à CVM a decisão final acerca de divulgação da informação.”

Ressalta-se que o modelo em questão é apenas o esboço de uma potencial norma de divulgação informações para o mercado. Com a normatização de conceitos como os apresentados acima, há significativo ganho de segurança e eficiência do mercado, onde os investidores possuíam um mínimo de previsibilidade acerca das informações prestadas, bem como estariam munidos de conhecimentos técnicos básicos acerca de tão particular setor econômico. Ao mesmo tempo, proporcionaria às companhias normas norteadores para a comunicação de fatos relevantes, facilitando o processo de divulgação.